

Pregão Eletrônico com o objetivo de Registro de Preços para aquisição de mobiliário padrão, conforme especificações constantes do **ANEXO I** da Minuta de Edital em doc. SEI [091923954](#).

II - Publique-se o item **I** e a seguir, encaminhe-se a **CPL/COBES** para prosseguimento e atendimento das providências preconizadas nas legislações acima mencionadas.

CENTRO DE ORIENTAÇÃO E APOIO PROFISSIONAL - COAP

Documento: [092196669](#) | **Despacho deferido**

COORDENAÇÃO DE PROMOÇÃO Á SAÚDE

CENTRO DE ORIENTAÇÃO E APOIO PROFISSIONAL

Relação de Convidados para o Grupo de Orientação Inicial - GOI
O Centro de Orientação e Apoio Profissional (COAP), no assessoramento às demandas de servidores readaptados, bem como participe do processo de readaptação funcional, vem Convidar o(a) Servidores (as) mencionados a comparecer na Coordenadoria de Gestão de Saúde do Servidor (COGESS) - Rua Boa Vista, 280 - Centro / São Paulo - 2º Andar, no GRUPO DE ORIENTAÇÃO INICIAL (GOI) para Servidores em readaptação funcional. É necessário que o(a) Servidor(a) esteja munido de documento de identificação com foto.
LOCAL:COGESS
ENDEREÇO: R. Boa Vista, 280 Centro São Paulo SP

HOSP SERV PUBLICO MUNICIPAL

NOME RF DATA HORARIO

JOYCE VIEIRA BASILIO 837.564.0 30/10/2023 14:30

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE

NOME RF DATA HORARIO

DULCELI DOS SANTOS 830.554.4 30/10/2023 14:30
MARCIA SAPARAS 644.982.4 30/10/2023 14:30

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

NOME RF DATA HORARIO

ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS 809.900.6 30/10/2023 14:30
ADRIANA ESCAME 723.580.1 30/10/2023 14:30
ALICE PEREIRA DA FONSECA 811.814.1 30/10/2023 14:30
ANA PAULA DO NASCIMENTO ANDRADE 681.080.2 30/10/2023 14:30
CLAUDENIR NEVES MEDEIROS 747.901.8 30/10/2023 14:30
DANIELE BARBOZA CABRAL 838.876.8 30/10/2023 14:30
DOMINGAS SANT ANA 748.035.1 30/10/2023 14:30
EDNA TERESA SANTOS 785.198.7 30/10/2023 14:30
FABIANA REGINA ASSEM 798.410.3 30/10/2023 14:30
IZABEL RODRIGUES DE OLIVEIRA 735.811.3 30/10/2023 14:30
JOSE LEITE DA COSTA 651.474.0 30/10/2023 14:30
LAURINDA APARECIDA DOMINGUES RODRIGUES 744.877.5 30/10/2023 14:30
MARIA CRISTINA SANCHES 714.052.5 30/10/2023 14:30
MARIA THEREZA MONTEIRO 315.332.1 30/10/2023 14:30
MICHELE ODO QUEIROZ 793.692.3 30/10/2023 14:30
MIRIAM APARECIDA NUNES 750.950.2 30/10/2023 14:30
PATRICIA PATROCINIO DE OLIVEIRA 736.492.0 30/10/2023 14:30
PATRICIA RAMOS SASSO JUSTINIANO 684.217.8 30/10/2023 14:30
RICARDO AMERICO DA SILVA 792.685.5 30/10/2023 14:30
ROSANA LUZIA ANGELINI DE OLIVEIRA 692.391.7 30/10/2023 14:30
SONIA SERAFINA DOS SANTOS COSTA 608.756.6 30/10/2023 14:30
ZILE CAVALCANTE DE SOUZA ABENANTE 774.221.5 30/10/2023 14:30

Documento: [092196074](#) | **Despacho deferido**

COORDENAÇÃO DE PROMOÇÃO Á SAÚDE

CENTRO DE ORIENTAÇÃO E APOIO PROFISSIONAL

Relação de Convidados para o Grupo de Orientação Inicial - GOI
O Centro de Orientação e Apoio Profissional (COAP), no assessoramento às demandas de servidores readaptados, bem como participe do processo de readaptação funcional, vem Convidar o(a) Servidores (as) mencionados a comparecer na Coordenadoria de Gestão de Saúde do Servidor (COGESS) - Rua Boa Vista, 280 - Centro / São Paulo - 2º Andar, no GRUPO DE ORIENTAÇÃO

INICIAL (GOI) para Servidores em readaptação funcional. É necessário que o(a) Servidor(a) esteja munido de documento de identificação com foto.
LOCAL:COGESS
ENDEREÇO: R. Boa Vista, 280 Centro São Paulo SP

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE

NOME RF DATA HORARIO

ALTAIR LAURINDO DE SOUZA 621.939.0 30/10/2023 10:00
ELEIZE APARECIDA DE AZEVEDO DE SOUZA 783.826.3 30/10/2023 10:00
ELEN CRISTINA DO ESPIRITO SANTO 855.861.2 30/10/2023 10:00
IZABEL DE FATIMA SERAPICOS 783.927.8 30/10/2023 10:00
SIMONE REGINA MARCONDES 799.040.5 30/10/2023 10:00
SONIA MARIA SANAZARO HOSSONO 732.572.0 30/10/2023 10:00
VERONICA BARBOSA 835.375.1 30/10/2023 10:00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

NOME RF DATA HORARIO

ALICE MORETTI ROSA MARASCO 773.855.2 30/10/2023 10:00
ALINE GUIRAO DE MOURA 799.026.0 30/10/2023 10:00
CELIA ASEVEDO DE SOUZA ROSA 676.630.7 30/10/2023 10:00
CRISTIANE ROTTA 692.157.4 30/10/2023 10:00
DANIELA PEREIRA ARAUJO 813.984.9 30/10/2023 10:00
ELIAS VIEIRA DA SILVA 782.394.1 30/10/2023 10:00
LUCIANA GOMES DA SILVA CAVALCANTE 785.469.2 30/10/2023 10:00
MARIA APARECIDA MATTOS GONCALVES DA SILVA 837.063.0 30/10/2023 10:00
MARIA DA GLORIA MARREIRO DE SOUZA 528.878.9 30/10/2023 10:00
MARLI REGINA FERNANDES VIEIRA 802.525.8 30/10/2023 10:00
MONICA COSTA SILVEIRA MACHADO 810.253.8 30/10/2023 10:00
SANDRA JAGUSKI ROSA 712.110.5 30/10/2023 10:00
VANESSA ANTONELLI GARCIA 795.923.1 30/10/2023 10:00
VANESSA DE CASSIA CAMARGO DOS SANTOS DE SOUZA NUNES 819.348.7 30/10/2023 10:00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANCA URBANA

NOME RF DATA HORARIO

MARCIA ANDRADE TAKITA 674.287.4 30/10/2023 10:00
MONICA CAMINHAS PEREIRA CARUSO 737.971.4 30/10/2023 10:00
REGIANE FERNANDES LIMA 685.950.0 30/10/2023 10:00
SERGIO HENRIQUE DO VALE 592.822.2 30/10/2023 10:00

Secretaria Municipal de Habitação

CMH/CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Documento: [092192219](#) | **Ata de Reunião**

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

8ª Gestão

Data da Reunião: **20 de julho de 2023**

Local: Local: Rua Líbero Badaró nº 504 - 10º andar - Sala 101B - Centro - São Paulo

Aos vinte dias do mês de julho do ano 2023, às 14h00, nas dependências do Edifício Martinelli, 10º andar, sala 101B, auditório, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se para a 3[Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação - 8ª Gestão, conforme lista de presença, os **membros (as) e Conselheiros (as) presentes:** Milton Vieira Pinto (SEHAB), Leonardo Gazillo Silva (SEHAB), Ricardo Luiz Alvarez Ferreira (SEHAB), Gilberto Barbosa dos Santos (SEHAB), Nilson Edson Leônidas (COHAB), Guilherme Filocomo (SMUL), Mariane Capricho Camacho (SGM), Fabíola Varanda da Silva (SF), Bruna Eloisa Iarossi Xavier Cruz (SMADS), Tatiana Robles Seferjan (SGM), Adria Giaccheri (SIURB), Wilson Cabral da Silva (SF), Daniel dos Santos Barbieri (CDHU), David Prando Cotta (CEF), Maria Zilma Alves dos Santos (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Maksuel José da Costa (MSTI), Aguinaldo da Silva França (ANESP), Nair Francisca Delatin (Associação Comunitária e Beneficente do Jardim Santa Adélia), Orlandina Rodrigues Matias (Associação de Mulheres Santa Terezinha), Paulina Maria da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde), Sônia Aparecida da Cruz (Centro

Educacional Instituto Freire), Simone de Castro Melo (CIPROMP-SP), Vera Eunice Rodrigues da Silva (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste), Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Sheila Cristiane Santos Nobre (MOHAS), Osmar Silva Borges (CPIS), Jomarina Abreu Pires da Fonseca (INCLUSA - Associação em Defesa dos Direitos Humanos e Inclusão Social), Luiz Fernando de Pontes (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Romaine Catrine Mouniz da Silva (MSTI), Carlos Antônio Mattos (Associação Comunitária Fazenda do Carmo), Wellington Adriano da Silva (ANESP), Heleny Oliveira da Silva (Associação Comunitária e Beneficente do Jardim Santa Adélia), Vanilde Aquino dos Santos (Associação de Mulheres Santa Terezinha), André Delfino da Silva (MDF), Álvaro Augusto Andrade Vasconcellos (APEMEC), Sheila Costa Marcolino (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Adriano de Assis Lateri (Força Sindical - SP), Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP), Marcos Moliterno (Instituto de Engenharia de São Paulo), Nelson Saule Junior (OAB-SP), Nunes Lopes dos Reis (PEABIRU), Mauro Marcondes Pincherle (SECOVI-SP), Josileide Neri de Oliveira (SINTRACONSP), Josélia Martins Pereira (APOIO - Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Noemi Yumi Rodriguez (Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado), Renato Abramowicz Santos (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Carlos Augusto dos Santos (Força Sindical - SP), Aristeu Zensaburo Nakamura (Instituto de Engenharia de São Paulo) e Erich Aby Zayan Feldberg (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo). **Convidados (as) presentes:** Maria Helena Ferreira de Almeida (SEHAB/SECMH), Mônica Hassein Nasser (SEHAB/SECMH), Rogério Aparecido Pereira Frontelli (SEHAB/ASSIST), Katia Silene Batista dos Santos (SEHAB/GABINETE), Tiago Dias (SEHAB/GABINETE), Silvia Mesquita (SEHAB/CRF), Dulce Helena dos Passos Santana (Taquiografia), entre outros. **Conselheiros (as) ausentes:** João Cury Neto (COHAB), Silvio Eugênio de Lima (SEHAB), Marcelo Estevão de Lima (SEHAB), Marcela Cristina Arruda Nunes (SEGES), Sidneia Maria Correia Leite (SIURB), Luciana Bertolini Bezerra (SMUL), Mônica Therezinha Bartie Rossi (CDHU), Rodrigo Mendes Romão (CEF), Cristiane Figueiredo Affonso Marques (SMUL), Sibeles de Fátima Moraes Silva Delanieze (SMUL), Sueli de Paula Santos (SMADS), Maurício Domingues de Sousa (Associação Comunitária Fazenda do Carmo), Fábio Monteiro de Lima (Movimento dos Trabalhadores sem Terra Leste 1), Alexandro Fernandes da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde), José Tadeu Pedrosa (Centro Educacional Instituto Freire), Eugênio Tadeu Bernardes (CIPROMP-SP), Fredson Almeida Lima (AHD), Miguel Gomes Lima (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste - Residencial City Jaraguá), Sandra Febroni Leite (Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Vani Poletti (MOHAS), Eliete Calisto da Cruz (CPIS), Welita Alves Caetano Ribeiro (INCLUSA - Associação em Defesa dos Direitos Humanos e Inclusão Social), Geni da Fonseca Monteiro (APOIO - Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Sandra Aparecida Rufino (CAU-SP), Edson Ramos (UGT-SP), Ana Luiza Patriota Costa Crevelaro (APEMEC), Rayssa Cortez (CAU-SP), Ana Gabriela Akaishi (IAB-SP), Fernando Guilherme Bruno Filho, Adelmo Bassi Júnior (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais), Ceci Soares Krahenbuhl Piccini (SECOVI-SP), Sueli Ramos de Lira (SINTRACONSP) e Jerusse de Avila Gorziza (UGT-SP). **Conselheiros justificaram ausência:** Cristina Pimenta Nunes (COHAB), Adriana Márcia Prado de Araújo (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Luiz Eduardo de Oliveira Camargo (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Fernando Antônio dos Santos Junior (ULCM), Renata Miron de Aguiar (Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado), Isadora de Andrade Guerreiro (FAU-SP), Daniela Ferrari Toscano de Britto (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo), Celso Aparecido Sampaio (Universidade Presbiteriana Mackenzie), Tales Fontana Siqueira Cunha (FAU-USP) e Débora Sanches (Universidade Presbiteriana Mackenzie). **Pauta: Item 1-** Aprovação da Ata da 2º Reunião Ordinária do CMH de 18/05/2023. **Item 2-** Projeto de Lei 612/2022 - Dispõe sobre a regularização fundiária urbana de edificações, loteamentos e conjuntos/empreendimentos habitacionais implantados para fins de provisão de habitação de interesse social produzidos pelo Município, pelo Estado de São Paulo ou pela União, bem como por intermédio de concessões, parcerias público-privadas e convênios congêneres. **Item 3-** Programa Minha Casa e Minha Vida. **Item 4 -** Programa Pode Entrar. **Item 5 -** Assuntos Gerais. **Início Reunião: Sr. Leonardo:** Boa tarde a todos. Hoje iniciamos mais uma reunião do Conselho Municipal de Habitação, 8ª Gestão, esta é a terceira reunião deste ano. Antes de entrarmos aqui para deliberação, quero apresentar o nosso novo Secretário Municipal de Habitação, Milton Vieira, ao qual passo a palavra para que ele possa se apresentar. **Sr. Secretário:** Obrigado, boa tarde a todos. É uma honra poder presidir este Conselho, dar as boas vindas a todos, aqueles que chegaram depois sintam-se cumprimentados também. Queria primeiramente me colocar à disposição de cada um de vocês, as portas vão estar abertas. Naturalmente a nossa agenda é bastante corrida, ainda acumulo algumas agendas do mandato de Deputado Federal, então devido a isso vou dar abertura hoje nesta reunião e vou passar para o Secretário Adjunto, o Leonardo, devido a um compromisso que já estava assumido e não dá para adiar. Estamos tocando as coisas e vamos trabalhar bastante para poder juntos alcançar os objetivos, de termos habitação para todos com dignidade, as questões que envolvem a nossa Pasta, vamos dar toda a atenção. Também acredito que o Presidente João Cury da COHAB, nós temos conversado bastante, vamos trabalhar de mãos dadas, faremos acelerar os programas, andar as obras. Tudo o que

for a respeito da SEHAB, colocaremos toda a força. Só uma apresentação, eu venho de um mandato de deputado federal, aliás, estou no sétimo mandato, fui eleito na última eleição com praticamente 100 mil votos, tenho dito que não estou abandonando um legado de sete mandatos, de 28 anos de vida pública limpa, enxuta, para vir aqui e ser mais um. Nós vimos para fazer diferença e fazer andar. Sabemos da luta de cada um dos senhores e das senhoras que estão à frente dos Conselhos, das Associações, enfim. Vocês podem contar comigo, venho com disposição e ânimo, eu gosto do povo, gosto das pessoas, das comunidades, venho do trabalho social, estou na política porque venho do trabalho social, de comunidades do Estado de São Paulo todo, principalmente aqui em São Paulo, zona Sul, Leste, Oeste, em todos os lugares trabalhei, nos anos de 90 a 97, no trabalho social, então sei como é lá na ponta, a dificuldade dessa parte. É uma pasta muito burocrática, uma pasta que necessita de muito empenho, muitos técnicos, dependemos deles, a SEHAB é formada dos melhores técnicos, engenheiros, funcionários de carreira, que estão aqui há 35, 25 anos, são pessoas que ajudaram a construir nossa cidade, nessa questão de moradia principalmente. Leonardo, quero que você dê andamento. Peço licença aos senhores, realmente já tinha um compromisso, mas na próxima reunião estarei inteira. O Leonardo tem competência para assistir toda a reunião e depois me passa tudo. Gostaria de abrir a palavra, se alguém quiser fazer alguma pergunta a mim. Deixo vocês à vontade. **Sr. Maksuel:** Primeiramente, seja muito bem-vindo a esta Casa, que possamos compartilhar a gestão para que possamos construir uma sociedade mais justa e igualitária, pode contar com Heliópolis, Zona Sul, estamos juntos na luta. Espero que suas palavras sejam cumpridas, com intuito de realmente fazer a política habitacional desta cidade andar. **Sr. Secretário:** Minhas palavras sempre foram cumpridas e serão. E não terá pressão, sou homem, principalmente homem público, 30 anos de vida pública. **Sr. Maksuel:** Se precisar, vamos à Câmara Municipal buscar mais recursos. Eu quero agradecer também aos dois por terem mantido a minha amiga Kátia, Ricardo, movimentos, estamos na luta. **Sra. Vera:** Gostaria de desejar as boas-vindas, Leonardo me conhece, acho que todos aqui do Conselho. É uma pena, Secretário, que já tenha que sair, mas espero que nas próximas de fato o senhor esteja presente, porque a pauta é o Programa Pode Entrar, lógico que o senhor não caiu de paraquedas. É uma pauta extensa, temos alguns entraves que têm que ser resolvidos e encaminhados, Leonardo e os demais sabem, então espero que nas próximas reuniões o senhor esteja presente para dialogarmos. Sou da região Oeste Noroeste de São Paulo, militante há 35 anos no movimento de moradias e conto muito com a parceira, temos que destravar o programa Pode Entrar e o Minha Casa Minha Vida também. **Sr. Aguinaldo:** Boa tarde, Secretário, Aguinaldo da Associação São Mateus, Zona Leste, onde está havendo uma maior remoção, são mais de duas mil famílias removidas do auxílio-aluguel, quero agradecê-lo por ter mantido, lutado conosco no dia a dia enfrentando os problemas, as remoções de duas mil famílias e que afeta mais dez mil famílias ao redor. Estamos na luta, conte conosco. **Sra. Paulina:** Boa tarde, graças a Deus o projeto já está caminhando, há outras pendências que sairão futuramente. Falo em nome de toda a comunidade da Zona Norte. Gostaria de agradecer por ter ficado com a Kátia e a Denise, elas são legais e já conhecem bem nosso trabalho, podem levar em frente. Sei bem que é muita luta, mas na Zona Norte, graças a deus, está tudo tranquilo. **Sra. Nair:** Boa tarde a todos, hoje estamos construindo o Pode Entrar, lote 11, que é atrás da subprefeitura de São Mateus, é uma luta, a maioria aqui está na mesma luta que nós e estamos dando continuidade. Gostaria de dizer que é muito bem-vindo, faremos o possível de trabalho, numa reunião de trabalho precisamos crescer, os programas de moradia também. Acho que estamos numa engrenagem um pouquinho sem graxa no Conselho, nessa nova gestão, é mais ou menos o que a Verinha colocou, precisamos avançar nas pautas, para que não percamos muito tempo porque temos dois anos de gestão e contamos com a disposição de sua equipe, fantástica em todos os sentidos, agradecer ao Leonardo pelo tempo que fez sua sucessão dentro da COHAB, somos gratos por sua recepção sempre. Boas-vindas. Muito obrigada, que deus ilumine sua vida e saúde, para que cresçamos juntos. **Sr. Tony:** Boa tarde, sou Tony da Associação de Moradores da Nelson Cruz, gostaria de dar boas vindas ao Secretário Milton Vieira, quero agradecer também por manter a Kátia no cargo, é uma pessoa que trabalha e conhece todos os problemas que a habitação de interesse social tem, pela sua experiência e sua competência imensa. Precisamos de pessoas iguais a ela, que contribuem e ajudam com essa demanda que entendemos que o Secretário vai enfrentar e precisa de pessoas que conheçam esses problemas para auxiliá-lo. **Sr. Lourival:** Boa tarde a todos, boa tarde Secretário, seja bem-vindo, sou de Paraisópolis. Hoje em Paraisópolis são 4800 pessoas, um auxílio aluguel de 480 reais, não dá nem para pagar conta de água e luz. Estamos à inteira disposição, estamos juntos para somar com sua presença na comunidade de Paraisópolis e outras, se pudermos ajudar, estaremos aqui sempre à disposição e trazer melhorias a todas as comunidades na cidade de São Paulo. **Sr. Leonardo:** Secretário, agora o meu depoimento. Pessoal, só para terem ideia, o deputado Milton Vieira, 28 anos de mandato, veio para cá com uma missão, que é dar continuidade ao trabalho. O que temos discutido muito, inclusive está aqui também Tiago Dias, nosso novo Chefe de Gabinete. Seja muito bem-vindo, Tiago. Tiago estava como Secretário de Mobilidade em Taubaté, também veio numa grande missão para nos ajudar a tocar. Quero deixar claro para vocês, representantes da sociedade civil, entidades, movimentos, a Secretaria tem um compromisso com a cidade e estamos aqui para dar continuidade a tudo o que estava sendo feito, principalmente no Pode Entrar. Lembrando, Secretário, que o Pode Entrar foi uma discussão amplamente realizada neste Conselho, na gestão anterior, já desde 2019 isso vem sendo tratado

aqui. Foi uma vitória, uma conquista da Secretaria em conjunto com a sociedade civil, então é importante frisar a importância que o Conselho teve em todo esse processo. E continua tendo. Gostaria de agradecer à COHAB também, o Presidente Cury está numa agenda, mas o Nilson está aqui. Venha cá, por favor, compor a mesa conosco. Nilson também tem sido um grande parceiro, tem nos ajudado demais. Toda a equipe da COHAB tem nos ajudado muito, Nilson tem cumprido papel fundamental, a Kátia, na Secretaria também, nos auxiliando bastante todo esse tempo, para desenvolvermos esse programa. Uma coisa importante, antes de o Secretário sair. Tínhamos o edital das cinco mil unidades parado, já tinha feito aniversário, lembram? O primeiro ato do Secretário foi sentar-se com Edson aparecido, nosso Secretário de Governo, entrar em contato com o Presidente Eduardo Tuna, do Tribunal de Contas do Município, que é o relator do Processo. E já está liberado, inclusive deliberado no plenário do TCM, a liberação das cinco mil unidades. Então é uma grande vitória que eu gostaria de trazer a vocês como o primeiro ato do Secretário. Outra coisa importantíssima que já está na mesa do Secretário em pauta para deliberar com o prefeito, o novo decreto que regulamenta o auxílio moradia na cidade de São Paulo, que hoje é feito pela portaria 131, todos os senhores e senhoras conhecem, mas estamos criando um documento, um instrumento legislativo muito mais robusto, que é um decreto que inclusive visa o aumento do auxílio moradia, que é o mesmo desde 2014, vai para 600 reais, estamos pleiteando recursos para isso. Agora só depende realmente de um alinhamento do Secretário com nosso prefeito e com a Secretaria Municipal da Fazenda, por questão de suplementação de recursos. Mas trago aqui já esses dois símbolos importantes de duas ações que o Secretário tomou em pouquíssimo tempo que está conosco, coisa de uma semana, e foram dois movimentos que fez já nessa missão para poder destravar as coisas. Isso mostra o quanto o Secretário e toda nossa equipe estão empenhados realmente para fazerem as coisas andarem na cidade e continuarem avançando cada vez mais. Temos previsão de novos editais, vamos seguir a pauta e depois falar um pouco sobre isso. antes de devolver a palavra, Secretário, seja muito bem-vindo, que deus abençoe nossa missão, estamos juntos nesse barco, mas que deus ilumine os caminhos do senhor, que dê sabedoria e discernimento para fazer o que tem que ser feito pela cidade e, principalmente, pelas pessoas mais carentes, as pessoas vulneráveis da nossa cidade, temos mais de 12 mil e 500 famílias em áreas de risco 4 na cidade, pessoas que dependem de moradia digna. Sabemos que a Secretaria Municipal de Habitação, em conjunto com a COHAB e as demais secretarias, tem papel fundamental nisso. Que Deus abençoe essa jornada e que consigamos fazer o melhor para essa população, que está aqui representada por esses conselheiros. Seja muito bem-vindo, que Deus abençoe. **Sr. Secretário:** Obrigado. **Sra. Kátia:** Boa tarde. Vou dar uma palavrinha, porque muita gente citou meu nome. Hoje é um dia importe, porque o Conselho Municipal de Habitação é importantíssimo para a cidade de São Paulo, tem um papel fundamental na política habitacional da cidade, assim como o Leo colocou, o Secretário Municipal de Habitação também tem um papel fundamental, assim que ele é nomeado secretário, passa a ser o presidente do Conselho Municipal de Habitação. O Secretário Milton Vieira hoje também assume o papel importante nesse Conselho, que é presidir o Conselho e estar à disposição de todos os conselheiros aqui. Eu sou do movimento de moradias, oriunda dos movimentos de moradia desde meus doze anos. Nós que lidamos com moradia, Secretário, sabemos como é importante ter o Secretário de Habitação comprometido com essa temática. O senhor tem sete mandatos de deputado estadual e federal, o senhor conhece o Programa Minha Casa Minha Vida, participou de tudo isso e sei que o senhor desde que chegou, como o Leo colocou, tem se comprometido com o trabalho da Secretaria, tem assumido diversos papéis, colocado o Tiago em várias reuniões e participado conosco de tudo. E eu posso dizer para vocês que ele tem sido assíduo em tudo, tem procurado cumprir tudo aquilo que ele se comprometeu quando o Presidente do Republicanos o indicou para essa pasta. Vou dizer a vocês, que também é muito importante, quando o Secretário chegou, já apresentou tanto para o Leo quanto para mim vários pontos que tínhamos parados, não por incompetências, mas muitas coisas que estavam tramitando e em algum momento não andavam ou precisavam da anuência de alguém, o Secretário disse: - Vamos colocar, vamos fazer, vamos dar continuidade. Uma delas é o Edital de Entidades em áreas privadas, que vocês estavam aguardando, o decreto de auxílio aluguel, o decreto de comercialização. Então temos muita coisa que estava andando, mas que precisava da anuência do Secretário e assim que ele chegou, assumiu e falou: - Pode mandar para frente. Se comprometeu com isso. é meu papel na Secretaria de Habitação de fazer as coisas acontecerem. Quero também desejar boas-vindas em nome de todos os Conselheiros. Aqui temos 16 conselheiros dos movimentos de moradia, 16 suplentes, que foram votados com votos diretos da população, 45 mil votos, são pessoas que levaram diversas pessoas para as Subprefeituras para votar, uma mobilização gigantesca, um trabalho muito bonito que foi feito aqui por vários desses conselheiros. Levantem-se, Conselheiros dos Movimentos de Moradia, vocês merecem aplausos, todos vocês. Maior votação da história em trinta, quarenta anos de Habitação. Eles merecem respeito. Obrigada mesmo. **Sr. Secretário:** Quero reforçar aqui o compromisso com cada um dos senhores, o compromisso com São Paulo, com o Prefeito Ricardo Nunes, que depositou sua confiança em mim. O Presidente do meu partido, confesso a vocês que não estava nos meus projetos, mas sou um soldado e aceitei o desafio e desafio é para vencermos. Vamos lutar juntos, conto também com o apoio de cada um de vocês nesse conselho tão importante. Quero reafirmar mais uma vez que hoje, assumi faz uma semana, mas antes de assumir em definitivo, já fui ao Tribunal de Contas, já destravamos aquisição de cinco mil unidades, é um investimento de mais de um milhão de reais, nós vamos usar todos os recursos que tivermos

para Habitação, para dar moradia digna para as pessoas. Geração de emprego, porque quando você põe as obras para andar está gerando empregos, estou indo visitar as obras, vamos entregar algumas unidades agora no dia 2, no empreendimento Coliseu, 109 unidades, de um total de 272, que já estão em andamento. Faremos assim em todos os lugares. Seja na Aquisição, seja no Entidades. Também temos a Carta de Crédito, vamos usar todas as modalidades para fazer acontecer. Peço mais uma vez desculpas e licença, mas fui pego de surpresa. A minha vinda para cá foi repentina, então tenho um compromisso que não é nem político, mas é um compromisso muito importante, trata-se da saúde de minha esposa. Então preciso ir. Mas estarei aqui na próxima, discutiremos e debateremos. Hoje Leonardo vai ficar, Tiago também ficará um pouco, Kátia também. Vocês já estão tocando essa bola, tenho certeza de que deus vai nos honrar e estar presente em tudo aquilo que tem que ser cumprido. Eu dependo do Tribunal de Contas, dependo da COHAB, dependo de engenheiros, técnicos e empresas, então sozinho não posso fazer nada, como determinadas coisas estavam. Mudanças na Secretaria são naturais que existam, eu tenho equipe que trabalha comigo, eu não vim para fazer cara de paisagem. Só isso que vocês devem saber, eu vim trabalhar e fazer acontecer. Deus abençoe muito vocês, obrigado por estarem aqui. **Sr. Leonardo:** Dando seguimento a nossa pauta, acho que o Secretário colocou bem todas as questões e qual a linha de pensamento e trabalho teremos daqui para frente. Acho importante vocês terem ciência. Vamos tocar o barco, acho importante trazeremos algumas pautas. Sei que vocês, Samira, principalmente, mandaram solicitação de pauta que ainda não foram pautadas, mas elas serão, só tivemos um hiato por conta dessas mudanças todas, desse período de transição. Já pautamos algumas das mudanças que vocês colocaram, mas não está no esquecimento, estamos com todas as pautas sugeridas em vias de entrar nas próximas reuniões. Só para deixar isso claro. Todos os conselheiros que quiserem fazer encaminhamento de pauta, favor fazê-lo encaminhando à Secretaria, para que possamos avaliar e colocar em pauta para discussão. **Sr. Maksuel:** Quero propor aos conselheiros para fazer inversão de pauta, gostaria muito de ouvir primeiro sobre a questão do Programa Minha Casa Minha Vida, em seguida Pode Entrar e deixar o item colocado como segundo ponto de pauta como quarto. **Sr. Leonardo:** Pode ser, não vejo problemas. Se todos concordarem dessa forma. Ricardo, tem problema a inversão? Então seguimos conforme o sugerido, a inversão da pauta, só o primeiro item, que é a aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária, que ocorreu em 18/05/2023, vamos colocar agora em pauta para aprovação. Aqueles que concordam, permaneçam como estão. Está aprovada a ata. Agora invertendo a pauta, gostaria de chamar Kátia, por gentileza, vamos falar primeiro sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, depois um pouco do Pode Entrar, então já passarei a palavra para falar sobre Brasília e tudo mais. **Sra. Kátia:** Quando fomos a Brasília, até comentei na reunião passada, o Secretário João Farias acabou propondo algumas coisas, só que hoje o Minha Casa Minha Vida já é lei, existem algumas propostas no município que estão em andamento com o pessoal do Programa Minha Casa Minha Vida, estamos encaminhando algumas áreas públicas para eles. Nós ainda não temos nenhuma parceira com o Programa Minha Casa Minha Vida, Município e Governo Federal, até porque estamos com o Programa Pode Entrar em andamento, o Aquisições está andando, o Entidades, com chamamentos anteriores, o Empresas está andando também. O Programa Minha Casa Minha Vida em si aqui na cidade está caminhando daquela forma, liberaram se não me engano 12 mil unidades habitacionais no Estado inteiro, houve um acordo com a Secretaria do Governo de que 4 mil unidades seriam disponibilizadas para o município e nós optamos por encaminhar empreendimentos voltados para retrofit, voltados para requalificação. Tudo o que tivermos de requalificação vamos encaminhar, em algumas áreas que forem desocupadas. Tudo o que tivermos de áreas desocupadas, porque eles querem isso, a prioridade deles são as áreas municipais desocupadas, que já estiverem com a emissão da posse, inclusive, desapropriadas, sem nenhum impeditivo, sem nenhum problema, com tudo certo, porque é muito complicado, todo mundo sabe que no processo de habitação sempre tem muitos problemas, então e bem complicado temos uma área livre e desimpedida, sem nada de errado. Nós temos uma certa dificuldade, para implementação de 4 mil unidades ainda mais. A maioria dos prédios no Centro que nós temos estão ocupados, esses impeditivos acabam impedindo que caminhemos com essas tratativas com o Governo Federal. Estamos tentando caminhar com isso, estamos conversando bastante com o pessoal de Brasília, eles estão muito abertos ao diálogo, o pessoal da Secretaria de Governo e o pessoal daqui da Secretaria de Habitação estão conversando bastante em Brasília, acreditamos que vai dar jogo, nem que seja com a questão dos aportes, que também estamos estudando o aumento dos números de aportes, antes havia 20 mil para complementar os recursos para Minha Casa Minha Vida e agora estamos pensando em complementar esses valores, de acordo com os valores que forem estabelecidos aqui na capital, que também não está fechado ainda, parece que estão pensando em deixar o recurso do edital para o maior. Estão em tratativas para que o valor para a cidade de São Paulo seja maior do que o valor que está proposto na lei. Estamos aguardando também essas tratativas. Quer falar? **Sr. Maksuel:** Duas perguntas. **Sr. Maksuel:** A primeira, tem possibilidade de essas quatro mil unidades que estão definidas para a cidade de São Paulo serem encaminhadas proposta de retrofit, foi o que entendi? Já tem proposta onde seria? A segunda pergunta, sei que tem uma proposta da SEHAB convocando o Governo Federal dentro do Minha Casa Minha Vida para construção de unidades, ou até complementar os recursos para o Entidades. **Sr. Leonardo:** Eu vou fazer essa resposta, porque estava na reunião que deliberou sobre isso. Por que 4 mil unidades para retrofit? Para sair mais rápido. A ideia é agilizar o processo, como COHAB tem um número de

empreendimentos e temos alguns terrenos ainda disponíveis e que podem ser cadastrados no sistema, a prefeitura está fazendo isso. a SEHAB está levantando isso agora, fizemos um filtro em tudo o que tínhamos e estamos viabilizando. A Kátia colocou bem aqui, temos alguns impedimentos que a lei trouxe agora e nem todos os empreendimentos que temos monitoramento comportam, como por exemplo, a priori tínhamos identificado 8 prédios e mais duas áreas, dois terrenos, para poder integrar esse pedido de recursos Minha Casa Minha Vida para retrofitagem, o retrofit é basicamente aqui nos prédios do Centro, que é onde temos a maior infraestrutura mesmo para ser retrofitada, tem dois terrenos que agora me foge a memória o local, porque a lista era enorme e pedi uma filtragem. Até porque temos que pagar para inserir o processo, então pedimos para fazer uma filtragem adequada para não gastarmos dinheiro público desnecessariamente, sabendo que lá na frente vamos ter a desaprovação daquele imóvel apresentado. Sobre a questão de subsídio, está sendo negociado com a Caixa Econômica Federal a possibilidade de complementarmos o recurso. O Minha Casa Minha Vida prevê aproximadamente 180 mil reais para a construção de unidades, enquanto o Pode Entrar fala de 210 mil. Então a ideia é aportarmos os 30 mil faltantes, para termos ali os mesmos 210 mil para poder construir. Lembrando que a cidade de São Paulo tem um problema, que é o custo obra ser maior do que os demais estados e municípios do país, estamos falando do metro quadrado muito caro, a terra em São Paulo é muito cara, o metro quadrado se torna inviável se não fizermos esse aporte. Então está sendo discutida essa possibilidade de aportarmos tanto para o retrofit, porque hoje o que acontece, nossa ideia junto com a Secretaria de Governo, que está tratando com a Caixa, nos ajudando, é deixar que tanto Minha Casa Minha Vida, quanto Pode Entrar, fiquem equacionados, que tenhamos o mesmo padrão de custo tanto em um programa e quanto no outro. E como temos disponibilidade de recurso, em tese, na prefeitura, na fonte 00 de investimento, eu acredito que comporte sim. E como estamos falando de investimento que amplia as possibilidades de habitação na cidade, por mais que tenhamos PPP, Pode Entrar, os Programas Estaduais também, inclusive ontem estive no Palácio do Governo porque foi lançado novo programa habitacional, tanto de Carta de Crédito, como o Casa Paulista, em novo formato. a ideia é fazer os convênios todos necessários com Governo Estadual, Federal, e tocar o Pode Entrar para termos o máximo possível de entrega. Queremos potencializar isso. Quanto mais frentes tivermos de retrofit, de construção, de financiamento, tipo crédito imobiliário para as pessoas na modalidade carta de crédito, estamos falando de resolver o problema na ponta, de tirar o mais rápido possível a pessoa da situação de vulnerabilidade. E é essa a nossa missão, é esse o compromisso da gestão e o pedido do prefeito. **Sra. Vera:** Que bom, fico feliz em saber da questão do Minha Casa Minha Vida, que vai aderir, eu já tinha até colocado em uma das reuniões que enquanto os governos não se conversarem, não resolve o problema habitacional, então acho que as diferenças têm que ser respeitadas e é muito bom sabermos. Eu só queria ver como será o encaminhamento, falando na questão do aporte, na semana passada a União teve reunião com o Secretário Estadual Marcelo, e a CDHU e Secretaria também se disponibiliza para aportar alguns empreendimentos, até porque alguns já vão entrar para a seleção. Será criado um grupo para fazer essa avaliação, Caixa, Prefeitura e Estado? Sabemos que no Minha Casa Minha Vida, 170 mil é pouquíssimo para São Paulo, a maioria das entidades não tem o terreno, isso é para compra antecipada e edificação, e aí que o bicho pega mesmo, é complicado. Não tem como criar o GT? Inclusive o Romão está aqui com a Caixa. Acho que seria legal vermos essa possibilidade de sentar, não ser aquele negócio de banca de pastel, outro Secretário aqui e outro ali. Poderíamos ver quais são esses que estão prestes a serem contratados e chamados, para fazermos um pacote maior. E a questão do retrofit, qual será a demanda? **Sr. Leonardo:** Em tese a demanda é vinculada, começando pela segunda pergunta. Em tese a demanda vinculada daquela unidade. Vamos supor, se já é uma unidade que está ocupada e fazemos o acordo com o movimento e ele sai, faz o retrofit, em tese é para atender àquela demanda. Se for um prédio desocupado, atendemos a demanda fechada da SEHAB, que é o auxílio moradia, aqueles que já têm vinculação, principalmente aqui no centro. Se não tiver essa demanda dentro da nossa demanda fechada, vamos para a demanda aberta da COHAB, que é a lista mesmo, aí entramos com aqueles que estão cadastrados. De qualquer forma, a demanda será atendida, lembrando sempre que a prioridade é atender a demanda local, a demanda vinculada daquele empreendimento, daquele território, até para evitarmos a gentrificação, que é tirar a pessoa dali e mandar para as extremidades da cidade, não pretendemos fazer isso. Concorde comigo, Verinha, é importante fazermos um grupo de trabalho, a Secretaria de Governo, através do Secretário Fernando, tem nos ajudado bastante, já temos um GT constituído da prefeitura com todas as secretarias e órgãos, inclusive SMUL, COHAB, Fazenda, é bem multidisciplinar mesmo, que está tratando das questões habitacionais da cidade, Casa Civil, SP Parcerias, Secretaria de Desestatização, mas é importante também trazer esse player importante para esse grupo, a Secretaria do Estado e o CDHU. Ontem estive com Marcelo rapidamente, estava uma bagunça, imagina, um evento grande com diversos prefeitos, todo mundo assediando, então conversamos rapidamente ali, mas vamos marcar agora, aproveitando que o Secretário chegou também, porque numa condição interina fica difícil tomarmos algumas decisões, então tive que segurar algumas coisas mesmo, até esperar que o novo Secretário chegasse. Agora que o Secretário Milton Vieira está presente, já está conosco tomando pé das questões da SEHAB, é importante trazê-lo para a mesa e fazer essa ponte junto Marcelo Branco e deixar isso tudo bem alinhando, tanto na esfera Federal, Estadual e Municipal. Ontem o Governador Tarcísio falou uma coisa que é verdade, é impossível resolvermos alguns problemas nas cidades se não houver

alinhamento de todas as esferas, não tem como, então estamos trabalhando no município, com o Governo do Estado para termos um alinhamento Federal também, e podermos extrair o melhor dos programas. É como você bem colocou aqui, temos que colocar questões ideológicas, de bandeira, partidárias... isso é uma outra história, temos que trabalhar pela população, para fazer o melhor pela cidade, porque aqui na cidade estão os problemas, o problema não está no Estado, o problema não está na União, o problema está no Município, é onde as pessoas vivem. E para podermos ter recursos, mecanismos, tanto legais como programas, não podemos depender só dos nossos Programas, porque hoje a prefeitura tem programa, tem recursos, mas vamos pensar a longo prazo, não podemos pensar só no agora e no curto prazo, enquanto gestores públicos temos que pensar a médio e longo prazo também, pensar em continuidade, inclusive foi a nossa briga, aqui no bom sentido, de tornar o Pode Entrar uma lei, para que ele não seja uma política de Governo, mas sim uma política de Estado, porque aí você tem uma perpetuação disso ao longo do tempo, tem uma continuidade, porque sabemos que às vezes numa mudança de governo você pode ter uma mudança também da política. Mas quando você tem uma lei a ser cumprida, fica muito mais difícil sair fora desse planejamento. Então tudo o que pudermos fazer pela Secretaria Municipal de Habitação, e aí eu posso também falar enquanto a própria Secretaria de Governo e nosso Prefeito, está sendo trabalhado nesse sentido. Tanto é verdade que Kátia esteve, na época com João Farias, em Brasília discutindo o Pode Entrar e o Minha Casa Minha Vida, a Secretaria de Governo tem feito essa interlocução com a Caixa Econômica Federal, diretamente com a presidência, inclusive, justamente para isso. uma coisa importante e que é bom pontuar, como nosso Secretário Milton Vieira é Deputado Federal licenciado, já está em seu terceiro mandato federal, ele tem excelente relacionamento em Brasília, principalmente com Caixa Econômica Federal e com os órgãos como MDR, os ministérios, isso nos traz também uma facilidade, ele se torna um facilitador nesse processo para negociarmos essas possibilidades para trazermos recursos e programas para nossa cidade. Verinha, proporei para a Secretaria de Governo para trazermos para nossa mesa o Governo do Estado também, porque com o Governo Federal já estamos falando. Estávamos falando em paralelo com o Governo do Estado, mas acho importante sim alinharmos e fazermos um pacote, porque trabalhando em um pacote integrado, fica bem mais fácil. Vou trabalhar em cima desse encaminhamento, passar para o Secretário para articularmos nesse sentido. **Sra. Nair:** O Programa Minha Casa Minha Vida foi reformulado agora, o deputado federal, Fernando, que foi Secretário do Estado, foi relator desse programa, então temos entendido um pouco dessa mudança, para ficar mais fácil e mais acessível às famílias. Quanto às secretarias, elas estão muito focadas em Caixa Econômica Federal, você tem a facilidade de todos os bancos, públicos e privados, enfim, é só uma dica mesmo, vocês pretendem uma parceria com outros bancos? Isso é livro, as famílias terão que buscar a caixa ou ela tem liberdade de buscar seu subsídio em qualquer banco privado? É isso. **Sr. Nelson:** Boa tarde, mais para colocar uma reflexão e conhecerem o trabalho, o Programa Minha Casa Minha Vida tem essa visão tradicional que é a produção habitacional, já vem desde do BNH, e de certa maneira, o que me preocupa muitas vezes, isso está escrito no programa, até a colega falou: Precisa desapropriar e sempre vai para onde? Para a periferia a maioria das produções. E aí temos a experiência da COHAB em Itaquera, na cidade Tiradentes, que há 30, 50 anos atrás se construiu 40 mil unidades habitacionais e deu no que deu, a cidade sem infraestrutura, com carências até hoje, não tem trabalho, não tem nem internet oficial, porque os serviços se recusam a ir para lá. Preocupa-me muito que se reproduza isso de novo, que continuemos reproduzindo isso. acho que é importante pensarmos na produção habitacional, mas temos que pensar um pouco também nas realidades existentes. Eu sei que estamos falando do Minha Casa Minha Vida, mas acho que tem algumas coisas que precisam ser articuladas. Por exemplo, quem serão os trabalhadores que produzirão essas habitações? Serão as pessoas das localidades? Isso é uma diretriz que deveria se pensar, já que existe uma situação de desemprego e baixa renda alta na cidade de São Paulo, como todos sabem. Se há alguma perspectiva de se pensar como se articula melhor a geração de trabalho, por exemplo, será que esses projetos pensarão em articulações de geração de renda, hortas urbanas, como Paraisópolis está fazendo, mais por iniciativa da comunidade, ou como algumas outras comunidades, que pensam em gerar energia própria, para subsidiar a própria energia do conjunto, mas também talvez vender para outros conjuntos vizinhos. Enfim, acho que precisamos ser um pouco mais ousados do que ficar pensando sempre na lógica de 60 anos atrás, que é só produzir o conjunto habitacional e está tudo resolvido. E acho que precisa pensar um pouco na articulação de recursos dentro das Secretarias para os programas não ficarem isolados, porque eu acho que um dos grandes programas que temos sempre na política pública, temos que nos articular com CDHU, Secretaria de Habitação do Estado, isso é o básico, mas nos esquecemos de nos articular com as outras secretarias, que muitas vezes também têm programas de recursos e que poderiam estar pensando num projeto um pouco mais ousado na perspectiva de desenvolver mesmo uma política habitacional. Por fim, você falou do retrofit. Uma coisa que sempre nos preocupou e que São Paulo nunca resolveu é o problema dos cortiços. E que de certa maneira é uma lógica que deveria ser adotada, já que existe uma lei municipal desde 1990, que permite reforma em cortiços mediante repasse da prefeitura, isso praticamente começou um pouco na gestão da Marta, depois praticamente parou, eu acho que deveria também se pensar se há recursos para essas reformas, o retrofit praticamente tem nome bonito para reforma, então tem muitos imóveis que poderiam ser pensados também nessa lógica de retrofit para os cortiços. Hoje a população de cortiço paga aluguéis muito absurdos, muitas pessoas são até de outros países, o

que é mais vergonhoso, muitos latinos e africanos. A última questão, sobre o banco de habitações. É claro que existem alguns imóveis que já são de poder público, mas muitos imóveis na área central que são privados e que já foram notificados pela prefeitura há pelo menos quase 10 anos e que continuam sem nenhum uso. Talvez precisemos de uma política mais ousada nessa questão de imóveis que não atendem função social, aumentar as notificações do que já está mapeado, para que também se constitua essa alternativa, principalmente na área central, o que vai evitar posteriormente custos de infraestrutura, serviços na periferia por conta dos empreendimentos, que é o que normalmente acontece no programa Minha Casa Minha Vida, o que é uma questão bem crítica para as cidades brasileiras. **Sr. Leonardo:** Vamos por partes. Sobre os bancos, preferencialmente, é colocado dessa forma, “preferencialmente a Caixa Econômica Federal”, dentro dos Programas habitacionais, inclusive os nossos, pela expertise da Caixa, eu acho que hoje dentre todos os demais operadores financeiros, é o banco que tem maior expertise, que tem a maior experiência para desenvolver esses programas habitacionais. Porque eles já têm todo o *know-how* e qualidade técnica para fazer. Nada impede que seja feita por outra instituição, porém é aquela velha história. Eu nunca esqueço, uma vez trabalhando numa situação de uma campanha política, eu era o responsável pela prestação de contas e nós saímos fora dos bancos públicos, fomos para banco privado e tive uma experiência muito complicada porque não tinha expertise, as pessoas não sabiam explicar. Estou dando só um exemplo pessoal, que não tem a ver com habitação, mas “como faço esse procedimento? Como libero isso? como destravo isso?” as pessoas não sabiam, nem os próprios gerentes, porque não era uma prática do banco, então precisamos tomar esse cuidado, avaliar se a instituição financeira em questão, quer seja pública ou privada, tenha o *know-how* e os produtos necessários e a capacidade de oferecer isso. eu acho que cabe a cada um fazer esse juízo de valor, entender se é melhor seguir com a Caixa ou com outra instituição, lembrando que sempre que temos citado a Caixa Econômica Federal e tendo com parceira, justamente pela expertise e *know-how* que tem. É por isso, não por outro motivo se não pelo *know-how* e qualidade de trabalho que tem sempre desempenhado e pela longa data, historicamente, que temos de trabalhos da Caixa. Nelson nos trouxe algumas questões bastante importantes, concordo contigo que temos que trabalhar sempre para trazer essa infraestrutura para as regiões centrais ou pelo menos, se não for aqui no Centro, para os eixos de mobilidade, os eixos estruturantes. O PDE teve essas modificações agora em sua revisão, visando inclusive trazer mais obras de infraestrutura e construção de HIS para os eixos, inclusive ampliou um pouco para 700 metros a distância permitida para a construção do eixo, então isso traz a possibilidade dos empreendedores, das construtoras, fazerem as unidades habitacionais dentro do eixo estruturante, acho que isso é importante, quando falamos de retrofit, falamos nos prédios centrais, concordo contigo que tem muito prédio aqui que é privado, o prefeito já comentou isso conosco e já estamos fazendo isso, quando digo nós, é o SMUL e demais órgãos, Fazenda. Temos notificado constantemente esses empreendimentos, os proprietários, para que possamos inclusive demonstrar futuramente que esses prédios não cumprem mais sua função social já há algum tempo, muitos têm inclusive IPTU atrasado, o que vai nos permitir em algum momento até mesmo a desapropriação compulsória, pela inatividade e pela própria dívida que existe. Isso está sendo estudado e trabalhado, temos um grupo de trabalho aqui dentro da Secretaria, o grupo de solução de conflitos, que organiza junto a um GTI, o grupo de trabalho que é secretarial, o monitoramento de 51 prédios, era 51, agora 46 porque alguns já foram reintegrados e tudo mais, mas esses 46 prédios que são monitorados, inclusive já pedimos para nosso núcleo notificá-los novamente. Temos feito acompanhamento junto ao CONDEC das subprefeituras, principalmente das subprefeituras da Sé e da Mooca, para acompanhar e monitorar esses prédios, a grande maioria está ocupada e temos sempre a preocupação de orientar sobre a mitigação dos riscos, porque a maior preocupação que temos em relação a algumas ocupações é a ocupação em si, até porque muitos desses prédios são privados, em tese a prefeitura nem teria uma obrigação objetiva sobre o caso, mas temos sim a preocupação com a segurança dessas famílias e com a condição de insalubridade, então a Defesa Civil tem feito um trabalho bastante próximo dessas comunidades verticais e acompanhado as necessidades de algumas intervenções e inclusive feito indicação de instalação de equipamentos de segurança, hidrantes, extintores, adequação elétrica, hidráulica, de esgoto, para trazer minimamente condição de habitabilidade àquele local, para que não tenhamos uma condição desumana mesmo daquelas pessoas ali. Infelizmente sabemos que com a pandemia tivemos um aumento muito grande das pessoas em situação de vulnerabilidade na cidade, muitos em situação de rua, outros acabaram indo para as comunidades, para regiões mais periféricas, outros aqui no Centro, nas ocupações, mas muitas delas também sem a mínima estrutura e temos trabalhado para que essas áreas sejam revitalizadas. Concorde, temos que evitar esse isolamento que você colocou aqui, de levar essas famílias forçosamente para extremidades da cidade, ou para as periferias e beiras de córregos, então todo o trabalho que temos feito hoje é nesse sentido de mitigação do risco. Vamos supor, córrego, estamos falando do Caboréu, estamos com nossas equipes, um trabalho conjunto, você falou uma coisa importante, o trabalho Inter secretarial é importantíssimo, então hoje estamos trabalhando em conjunto com SIURB, fazendo canalização do córrego e mitigação do risco geológico e hidrológico da região, fazendo canalização do córrego, as Secretarias de Subprefeituras, SMSUB, com as equipes de desfazimento, já estamos removendo 87 residências, casas que estavam em R4, já começamos a fazer esse trabalho, já estamos no quarto dia hoje, já avançamos muito na remoção, essas famílias já estão no auxílio moradia, com vinculação de atendimento

definitivo, então é uma grande vitória, até porque lá tivemos um óbito há dois anos em época de chuva, um morador foi atravessar um pinguela, escorreu, caiu no córrego e infelizmente veio a óbito. E essa é uma questão que o prefeito tem nos dado, de urbanizar essas favelas, de trazer uma melhor condição de qualidade de vida para essas comunidades de modo geral. Concorde, habitação não é só telhado, não é só fazer construção de unidades, nós temos a preocupação hoje de fazer projetos integrados, inclusive recentemente estive com Elisabete França, nossa Secretária Executiva de Mananciais, fazendo uma entrega lá em Cidade Ademar. Hoje, qual é nossa ideia? Construir unidades que sejam integradas. Por exemplo, lá o terro da unidade é uma CEI, então nossa obra já foi feita com as diretrizes da educação para fazer a CEI, já a entregamos em condição de viabilidade para que as crianças, inclusive do próprio empreendimento, possam já utilizar aquele equipamento. Em outras áreas também temos construção integrada de CEU, UBS, então tudo isso estamos fazendo integrados com Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria do Verde e Meio Ambiente, quando fazemos parques lineares, bosques. Então acho bem importante trazermos essas informações para todos os Conselheiros aqui presentes, porque são preocupações que a gestão tem tido para que a cidade seja desenvolvida de maneira planejada, pensada. Não é porque estamos falando de população de baixa renda, de alta vulnerabilidade, que não pensaremos num projeto digno e que traga infraestrutura. Porque de fato, antigamente construía-se as unidades habitacionais, mas não se pensava em construir também no entorno, ou no perímetro da unidade, os equipamentos públicos necessários. Você construía 10 mil unidades num lugar, mas não construía uma creche, uma escola, uma UBS, aí o pouquinho de estrutura que tinha para atender a região ficava sobrecarregado, tínhamos um serviço de má qualidade na ponta porque pressionávamos muito a saúde, educação, às vezes até faltava vaga de escola ou creche, justamente por isso, porque não tinha vaga suficiente para tantas crianças naquele território. Então essa é uma preocupação que a secretaria tem tido, não é de hoje, a Elisabete França tem trabalhado fortemente isso em Mananciais, até por se tratar do extremo Sul da cidade, uma área que é muito delicada em relação a falta de infraestrutura, então temos tido esse olhar em toda a cidade. Por fim, a questão dos cortiços. É importante falarmos, o último censo de cortiços que tínhamos era de 2001, agora finalizamos, trago aqui em primeira mão ao Conselho que foi finalizado o relatório do censo dos cortiços feito pela Secretaria Municipal de Habitação, pela nossa equipe de DEPLAN, fizeram um trabalho muito sério, muito importante, onde temos hoje o mapeamento. Inclusive mapeado com georreferenciamento, de onde estão os cortiços na cidade. Começamos esse trabalho pela área central, fizemos um perímetro um pouco maior do que o central, conseguimos abranger um perímetro um pouco maior, já estamos planejando, inclusive pedindo recurso para o orçamento do ano que vem. A Vânia sabe do que estamos falando, elas tiveram a preocupação de colocar no orçamento do próximo ano a solicitação de recurso para fazermos um mapeamento ainda mais extenso, pegando um centro mais expandido, para podermos mapear de fato essa população que hoje vive em situação de grande vulnerabilidade. Como o Nelson colocou, pagando caro no aluguel e sem a mínima infraestrutura, infelizmente. Esses cortiços muitas vezes não têm banheiro, cozinha, luz, nada. E as pessoas estão ali vivendo numa condição bastante degradada, sob pressão de pagar um aluguel, se não pagar, sai fora. E uma coisa que antecipo para vocês, porque vamos apresentar para o Conselho o relatório, achei interessante, a maior parte dessas pessoas e famílias encortiçadas, estão há mais de cinco anos no mesmo lugar. E grande parcela acima de dez anos no mesmo lugar. Ou seja, as pessoas não estão ali de maneira transitória, estão ali de maneira permanente, vivem ali de fato, elas têm sua vida construída naquela condição. Isso nos preocupa muito, enquanto Secretário e a Pasta de Habitação, porque é uma população que, se não olharmos com carinho, passa despercebida, porque não está em situação de rua, não está em situação de risco iminente, mas estão em situação degradada de moradia. E essa situação degradada de moradia traz outros problemas, de saúde, enfim, temos outros problemas em cascata atrelados a isso. e não é porque a pessoa está pagando aluguel e mora em local que não é comunidade, que não é à beira de um córrego, que ela tem que ser desassistida pelo poder público. Pelo contrário. Concorde contigo, a Lei Moura caiu em desuso, não se fala mais nisso, mas a Kátia é minha testemunha que estávamos discutindo exatamente sobre isso recentemente, coisa de alguns dias atrás, a possibilidade de retrofit, de reforma dessas unidades. O único grande ponto que é meio sensível, é que quando fazemos uma reforma de uma unidade que é para pessoa usar em definitivo e a propriedade será dela, moradora, é uma coisa. Quando falamos dos cortiços, o cortiço tem um dono e esse proprietário é quem em tese está sendo beneficiado com o retrofit e não necessariamente a família que está morando. **Sr. Maksuel:** Tem que ser desapropriado. **Sr. Leonardo:** O certo seria pensar em uma desapropriação, para podermos levar essa infraestrutura pelo poder público para essas famílias poderem então fazer uso disso, mas com direito. Estamos estudando um mecanismo, talvez o aprimoramento da antiga Lei Moura, ou utilizar mesmo os recursos que temos do próprio Pode Entrar, na modalidade retrofit, o que é possível também. Nós brincamos que o Pode Entrar trabalha praticamente todas as modalidades necessárias nos quesitos habitacionais. Toda modelagem que precisamos trabalhar, o Pode Entrar traz possibilidade. Carta de crédito, praticamente tudo. Retrofit, aquisição direta, empresa, todas as modalidades que temos, o Pode Entrar já traz. Então pensar até numa resolução do Conselho para normatizar a forma de utilizar os recursos do Pode Entrar na modalidade retrofit para os cortiços também. Isso será uma demanda que traremos a pauta para discussão, espero também ter sanado todas essas questões, Nelson. **Sr. Nelson:** Posso só fazer

uma sugestão? Que seja pautada a questão dos subsídios. **Sr. Leonardo:** Será pautada. Como já tivemos fechamento de relatório inclusive, vamos trazer provavelmente na próxima reunião as informações, fazer até a apresentação do relatório. **Sr. Maksuel:** E a questão da desapropriação, porque eu concordo com você, os cortiços têm um proprietário, alguém que está usufruindo e está explorando essa pessoa dentro dessa situação de vulnerabilidade social. então tem que ser desapropriado, para ser reconstruído. **Sr. Leonardo:** É a linha de pensamento que temos. **Sra. Vera:** E não só na área Central. **Sr. Leonardo:** Não, por isso queremos ampliar o perímetro do censo, para podermos identificar. Mais alguém para falar? Os inscritos podem tomar a palavra. **Sr. Nunes:** Uma das minhas perguntas é sobre o censo de cortiços, estamos falando de Minha Casa Minha Vida, Pode Entrar, então vou voltar as questões que vocês trouxeram sobre Minha Casa Minha Vida. Uma dúvida que me ficou, vocês falaram de 4 mil unidades, mas estou entendendo que a aprovação é em 2023, é isso? **Sr. Leonardo:** Estamos fazendo a inscrição já agora, o que acontece, a Caixa pediu um prazo para os municípios poderem cadastrar as unidades que têm disponíveis para adesão ao programa. Então foi pedido para nós que o quanto antes façamos o levantamento, isso está na mão da Kátia e do nosso pessoal de CFT, que é o físico territorial, cuida de projetos e obras, que cuida da questão das terras e tudo mais. A COHAB já nos mandou a listagem, fizemos uma filtragem e isso agora será cadastrado no sistema. Só não tinha sido já feito no início porque tem ser feito no CPF do Secretário, como ele estava em procedimento de posse ainda, então agora que ele de fato chegou, tocaremos. Provavelmente entre essa semana e a próxima faremos a adesão, fazendo isso, daremos seguimento ao rito, muito provavelmente a liberação de recurso é prevista para esse ano, caso fique alguma pendência, aí para o ano de 2024. Mas o que estamos discutindo com a Caixa é a negociação nesse sentido, ela abriu para o Estado de São Paulo cerca de 12 mil unidades, o que foi planejado para a cota para a Capital são 4 mil unidades, preferencialmente para retrofit, porque a Caixa e MDR têm interesse hoje de investir nessa modalidade, principalmente nas grandes capitais. **Sr. Nunes:** Na verdade, a pergunta é um pouco para saber sobre a perspectiva de se ter mais contratações para os próximos anos dessa gestão. Queria saber se são unidades produzidas diretamente pelo município ou se poderão ser feitas em parcerias com entidades. Por fim, acho que um pouco no sentido do que o Nelson trouxe e mais preocupado com a questão da localização dos terrenos, sabemos que as entidades do Pode Entrar agora são empreendimentos, muitos deles, com boa localização, porque a Prefeitura fez há algum tempo um processo de aquisição de imóveis e passou esses imóveis, a prefeitura está fazendo agora novas rodas de aquisição de imóveis e prédios em áreas mais bem localizadas? Porque vimos no Minha Casa Minha Vida, mesmo o Entidades, eram imóveis muito mal localizados porque ficam às custas ou da entidade ou mesmo das empresas que traziam, tinha um controle público muito ruim da qualidade da localização dos imóveis. É isso. **Sr. Leonardo:** Acho que as outras perguntas já tinham sido sanadas. **Sr. Maksuel:** Vou aproveitar o momento, porque as duas últimas reuniões foram tensas, temos que aproveitar o momento para discutir os programas, por isso pedi para fazer a inversão de pauta, acho de fundamental importância a questão do subsídio, como você colocou, tendo a previsão legal do programa Pode Entrar para 210 mil, sendo que o Minha Casa Minha Vida é 180. E fazer essa junção entre governo Estadual, governo Municipal, Governo Federal, para que tenha uma linha tênue. Respondendo a questão da Caixa, Davi, ela tem uma grande expertise sobre a questão de aquisição de financiamento de unidades habitacionais, reconhecemos o que você falou. Mas não dá para a Caixa ser com os movimentos, seus associados e a população só um banco. Queremos mais do que isso da Caixa Econômica Federal, porque os recursos da Caixa são para a população. Vocês são uma entidade ligada ao governo, os recursos vêm do governo, então tem que tratar a população com mais... esse grupo está sendo proposto, tem que ser proposto e a Caixa tem que começar a ter essa visão. Vou até mais fundo, acho que tem que ter um convênio entre Estado e Município com a Caixa Econômica Federal e a Caixa coloque seu limite de unidades. olha, para a cidade de São Paulo vamos financiar 20 mil unidades, será na modalidade do Programa Pode Entrar. Acho que tem que ser assim, tem que sair com a devolutiva para a Caixa Econômica Federal. Os movimentos, o Conselho, estão pensando diferente. Porque hoje o município tem um programa, não está só na dependência do Governo Federal, do Minha Casa Minha Vida, acho que o Governo Estadual também tem sua parcela de responsabilidade, mas a Caixa, como agente financeiro, não pode colocar entraves na nossa demanda. Falar - esse será atendido, esse não. Todo cidadão, que é aquele que vota, tem direito, como está previsto no artigo da Constituição Federal. É assim que tem que ser tratado. A Caixa é um agente financeiro, mas tem que tratar a população como população e tratar as demandas como igual. Não estou brigando, não, estou colocando como adendo. Acho que a questão do GT será de fundamental importância para discutirmos isso. sobre o Pode Entrar e Caixa Econômica Federal, colocamos como proposta, eu acho que tem que ter um fundo garantidor. Como você falou, em 2017, 2018, 2019, quando estávamos discutindo a roupagem do programa Pode Entrar, passou para ser João de Barro, o Orlando assumiu e passou para Pode Entrar, tinha uma proposta de Fundo Garantidor, porque a Caixa, ou qualquer outro agente financeiro, tem como garantir o que? A pessoa ou a casa? A casa. Quando você compra um carro financiado, você dá uma entrada e se não paga, o banco vem buscar o carro. Não é isso? então tem essa mesma lógica sobre a questão da habitação. Eu sei que é o direito da pessoa, ninguém está discutindo o direito, está discutindo a forma jurídica para que tenhamos a concepção de mais unidades habitacionais. Vou ler essa linha, que é a linha do fundo garantidor. Eu acho que o Programa Pode Entrar e os

conselheiros que estão aqui podem reservar recursos dentro do próprio Programa, dentro do Fundo Municipal de Habitação, para ser esse fundo garantidor. Porque quando chegar para financiar, qual a garantia que a pessoa tem? 78% da população do Brasil está endividada. A pandemia pegou um monte de gente, tem um monte de gente com o nome sujo. Ou a pessoa pegava o cartão de crédito e comprava arroz e feijão no mercado, ou passava fome porque estava sem trabalho. Como que faz? Se 78% da população ficou sem trabalho e endividada, como financia unidade habitacional? Isso eu me refiro até à própria PPP. Ajudamos a criar a PPP, colocamos a concepção da PPP e no apagar das luzes, hoje uma família em Heliópolis, não consegue um financiamento. Como vai conseguir, se é uma parceria público privada? Vai no banco, como aquela senhorinha que está lá consegue financiamento? Então tem que ter esse convênio com a Caixa, com essa quantidade e tem essa questão da federação da PPP dentro da concepção de recursos dentro do Pode Entrar. Coloco proposta de edital de vinculação de áreas públicas para entidades que já têm vínculo com a área ou projeto previsto. Segundo, edital para aquisição de áreas privadas que se vinculem a entidades para construção de unidades com recursos do programa Pode Entrar, a quantidade de unidade por entidades tem que ser definida pelo Conselho. Terceiro, resolução do CMH referente a aquisição de unidades habitacionais pelo programa PPP, Parceria Público Privada, com critérios de recursos do programa Pode Entrar. Quarto, resolução do CMH que reserva recursos para aquisição de unidades prontas para o Programa Pode Entrar. Acho que isso atende todas as entidades. Sobre a questão da PPP, referente ao Presidente João Cury, já também deixa como indicativo que podemos chegar num consenso de utilizar recursos do Pode Entrar para acelerar o processo da PPP, lote 1 da PPP Heliópolis, são 3.500 unidades habitacionais que ainda não começamos, nem se colocou data para iniciar a obra. Isso não conseguimos admitir. Obrigado. **Sr. Nilson:** O sistema que estava dentro da PPP tinha o conceito inicialmente de fazer famílias passando por um sistema bancário, qualquer banco que se recebe. Hoje temos um entendimento diferenciado disso, estamos usando CDHU, podemos usar o próprio Pode Entrar, com recursos da COHAB, que faz avaliação das famílias, então tirará o mito da PPP que a pessoa que não tem renda, que não consegue comprovar. Isso já está em tramitação, inclusive houve casos no Tucuruvi nessa situação, o critério de leitura da renda da pessoa é mais flexível, vamos dizer assim, como o Pode Entrar. Essa desmistificação da PPP vem atender sua demanda, que sei bem qual é, que vai considerar esses meios e quebrar essa celeuma de que a PPP dificulta o acesso das pessoas, elas têm possibilidade de um financiamento diferenciado ou igual a todos. Custa 300 mil, mas tem o financiamento proporcional à renda e capacidade de pagamento. Espero que tenha respondido o caso da PPP. **Sr. Maksuel:** O grande medo é justamente isso, a capacidade de pagamento. Não a capacidade de pagamento do homem que trabalha e recebe seu salário e paga suas contas em dia, principalmente as pessoas que moram em comunidade pobre. Se não fosse assim, as Casas Bahia não colocariam suas grandes lojas nos pés da comunidade, outras grandes marcas também. Ficamos com medo justamente dos critérios bancários. **Sr. Nilson:** Temos consciência disso e já temos essas ações aqui, por isso falei que está implantado. Essa aqui tem a vantagem do recurso para construir a obra. **Sr. Maksuel:** Não pensando só na minha área. **Sr. Nilson:** É para todas as áreas. É a mesma situação, está construído e em implantação para que entre em vigor. **Sra. Kátia:** Aproveitando, com relação ao que você citou, Max, estamos prevendo, tanto a pedido do próprio Prefeito, como da Secretaria de Governo, a Secretaria de Habitação irá conveniar com a Caixa para que parte do Programa Pode Entrar tenha a Caixa como parceira, Secretário Leonardo está acompanhando bem de perto isso, por conta da expertise da Caixa em habitação, tanto na parte de engenharia, quanto na parte de trabalho social, a Caixa tem essa know-how, eles entrarão com esse trabalho em conjunto com a Secretaria de Habitação e a COHAB. Essa parceria, esse nosso convênio tripartite que estamos fechando, estamos concluindo esse trabalho, que não é simples, tem gente que acha que é simples, mas quando vemos surge uma novidade, um problema jurídico, um questionamento ou da Secretaria ou da COHAB, mas estamos fechando isso e dentro da diretriz da política do município, da linha do Programa Pode Entrar. É aquilo que você colocou, o critério não será do agente financeiro Caixa, será do Município, então a demanda será atendida de acordo com os critérios estabelecidos pela municipalidade, eles não entrarão como agente financeiro somente para atender às demandas, como se estivessem financiando imóvel pela caixa econômica federal, mas como agente financeiro de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo município. Claro, teremos Carta de Crédito, que o critério será o financiamento com a Caixa Econômica Federal, parte dela, de acordo com a modalidade da carta, sim, aí é outra coisa, mas no caso do financiamento do Programa Pode Entrar, que será pelos critérios de comercialização da COHAB, em que Caixa atuará diretamente, os critérios serão do município, mas Caixa também atuará como operador. **Sr. Renato:** Boa tarde, chamo Renato, estou no Conselho representando Gaspar Garcia, essa é a primeira reunião que venho porque estava fora de São Paulo, é um prazer estar aqui participando. Estava em dúvida se vinha falar, mas dado o fato que a Kátia está falando, e representante da PPP e da Caixa Econômica, eu pedi a palavra para compartilhar uma história que estamos acompanhando desde 2017, se isso está entrando pelo Pode Entrar acho que vale a pena termos mais cuidado. Eu participei também durante muito tempo, a Kátia acompanhou esse processo, de outro conselho, era o Conselho Gestor de alguns bairros no Campos Elísios, da região que era conhecida como Cracolândia, que foram removidos por conta da construção da PPP, e o tempo inteiro com a promessa de que os moradores que estavam sendo removidos iriam ser atendidos pela PPP. Nós sempre muito preocupados, pedindo a confirmação, as diretrizes,

as informações, para saber como esse atendimento seria dado. Como sabemos, o perfil da população que ali morava e trabalhava muitas vezes não casa com os critérios socioeconômicos de financiamento para comprar a casa próprias, com as exigências da Caixa Econômica Federal. Mas sempre dizendo que seriam atendidos, para não nos preocupar. Todos foram removidos, ficaram recebem auxílio aluguel e tentando, nesse último período, entrar no processo com a PPP, mas diretamente de negociação. A PPP começou a exigir documentos desses moradores removidos para poderem acessar os apartamentos da PPP e, não sem surpresa, esses moradores estão sendo desclassificados um por um, um pouco no argumento da Caixa Econômica de que não têm o perfil socioeconômico, então vou aproveitar que essa discussão está aqui, estamos no Conselho Municipal de Habitação, para registrar que em ata que estamos enfrentando essa situação de moradores cadastrados, que tinham recebido a promessa de atendimento via PPP, que estão sendo desclassificados, ainda não sabemos como será o tratamento dado a essas famílias, mas essa promessa e os critérios que haviam sido assegurados não estão sendo cumpridos. Aproveito esse espaço do CMH para trazer essa outra situação e para dar essa atenção, já que o Pode Entrar está querendo viabilizar e expandir esse modelo, temos que saber as experiências concretas do que está acontecendo e não só um discurso, temos que ver o que está sendo feito a partir desses projetos de fato ali na ponta. Era esse o registro que eu queria fazer. **Sra. Kátia:** Eu vou fazer outro registro, com relação às quadras 37 e 38, antes de o Secretário João Farias sair, o presidente da CDHU esteve aqui em reunião conosco, como ele na época estava em COHAB, na época era diretor de Fomento da PPP, ele manteve aquilo que foi acordado com o então Secretário Fernando, que foi que o atendimento das famílias das quadras 37 e 38 se dariam com os critérios do município. Tivemos uma reunião com ele, essas famílias serão convocadas pela Secretaria Municipal de Habitação, as famílias serão atendidas pelos critérios de seleção do município, essas famílias primeiro passariam pela Caixa Econômica Federal, depois elas teriam que ser convocadas pelo município, esse convênio não havia sido assinado, essa proposta de convênio nos foi encaminhada agora no final de junho, essa proposta está com o jurídico da Secretaria Municipal de Habitação, houve reunião na semana passada com a equipe da DTS Centro e da coordenadoria de trabalho social, as famílias serão convocadas a partir da semana que vem, todas essas famílias serão atendidas na central de habitação, as que estão em auxílio aluguel, nós faremos a busca ativa das famílias que não vieram no recadastramento do ano passado, está registrado em ata. Todas serão convocadas, as 191 famílias que estão no registro. Pode avisar as pessoas da 37 e 38, todas serão convocadas e serão atendidas. O pessoal da DTS está acompanhando isso de perto e eu também, para garantir o direito das famílias que foram removidas. Foi acordado, está em ata, o convênio está sendo assinado, isso está sendo cumprido. Só para deixar aqui registrado. **Sr. Leonardo:** Eu acho que já foram vencidos os itens do Minha Casa Minha Vida e Pode Entrar. Ficamos conversando sobre as duas coisas quase que concomitantemente. **Sra. Vera:** Semana retrasada houve reunião, eu queria saber do encaminhamento da regulamentação, do encaminhamento das famílias do Pode Entrar, como estamos? Ficou aquela pendência, que ainda tem que ser uma regulamentação. **Sra. Kátia:** Uma regulamentação para garantir que as famílias permaneçam na lista de beneficiários? **Sra. Vera:** Isso. Como ficou? **Sra. Kátia:** A regulamentação estamos concluindo, para garantir que as famílias que constam na lista de beneficiários sejam atendidas com os critérios da data da entrega da lista. **Sr. Leonardo:** O marco temporal. **Sra. Kátia:** Estamos criando uma forma conveniente com a Secretaria de Habitação, de que a lista que foi encaminhada seja mantida, até porque principalmente quem está no processo de autogestão tem aquele problema que foi citado na reunião que atendemos o pessoal dos movimentos sociais que teve esse problema. Estou na obra, fazendo todo aquele trabalho, vou até repetir, você está tendo todo aquele trabalho, acompanhando obra, de repente se depara com “agora meu salário aumentou” ou “recebi um dissídio”, durante a obra não posso crescer na vida, não posso me casar. Então estamos construindo a regulamentação com equipe social da SEHAB e com o pessoal do jurídico para que esse direito seja garantido. Acreditamos que até metade de agosto isso seja sanado e publiquemos essa regulamentação, junto com o decreto de comercialização também. **Sr. Leonardo:** Agora, Ricardo, por favor. **Sr. Ricardo:** Boa tarde, é um prazer. Recebemos uma sugestão de pauta para falarmos sobre o PL612, na verdade o PL612 virou lei, a Lei 17859, que trata sobre a regularização fundiária dos empreendimentos que foram construídos pelo poder público e que até hoje continuam em nome da prefeitura. Estamos falando de programas de 35 anos atrás, como por exemplo, o Projeto Singapura, em que foram construídas diversas unidades habitacionais, só que essas unidades continuam até hoje no nome da prefeitura, não foram transferidas ainda diretamente para os reais proprietários. Quando cheguei na Regularização Fundiária, me deparei com uma situação que a equipe trouxe: cinco mil casos que eram na teoria impossíveis de serem regularizados porque foram empreendimentos construídos há muitos anos e esses empreendimentos não tinham possibilidade de licenciamento. Ou por não ter as exigências que a lei atual faz, escada de incêndio, acessibilidade etc., então por isso esses empreendimentos não conseguiram licenciamento e não conseguíamos fazer a transferência para os moradores. Dito isto, tivemos uma reunião com o Secretário João Farias, tivemos reuniões com a COHAB, tivemos um grupo de estudo em que fizemos por quatro meses um levantamento sobre essas unidades habitacionais, chegamos num total de 150 mil unidades habitacionais que estavam nesse mesmo quesito. Nessas discussões nós elaboramos um projeto de lei, que foi encaminhado para a Câmara e votado por unanimidade pelos vereadores, com algumas pequenas alterações, no dia 16 de

dezembro do ano passado foi sancionado pelo Prefeito e agora com isso esperamos, dentro de nosso processo licitatório já também conseguimos finalizar esse ano, conseguir colocar essas 150 mil unidades para processo de regularização fundiária e fazer a transferência direta aos ocupantes dessas unidades. Eu imagino que todo mundo deva ter ido além, então já queria abrir se alguém tem alguma dúvida a respeito disso, porque a lei fala por si. Se alguém quiser uma explicação melhor sobre a lei, esse é um decreto regulamentador que nós fizemos, esse decreto encontra-se na Casa Civil para ser aprovado e não perdemos a oportunidade de fazer um decreto regulamentador também com a ajuda do CMH, se for o interesse dos Conselheiros, para regulamentarmos algum artigo específico da lei. Se alguém tiver alguma pergunta sobre a lei, estamos à disposição. **Sr. Leonardo:** Obrigado. Acho que é importante reforçar a importância dessa legislação. Só para voltar um passo antes, nós não tínhamos a estrutura necessária para fazer os procedimentos de regularização fundiária porque o processo licitatório de contratação das gerenciadoras que fornecem esses produtos para a SEHAB ficou paralisado por conta de questões do Tribunal de Contas, alguns apontamentos, durante alguns anos, quase cinco anos, quatro anos e meio. Então ficamos todo esse tempo, a Secretaria ficou penalizada, de certa forma, por não ter essa estrutura. Hoje com a edição da Lei, promulgação e sanção do Prefeito no ano passado e com a liberação pelo TCM, que tem sido bastante compreensivo conosco, pelo menos ao longo desse ano, eles têm nos ajudado bastante no sentido de entender as necessidades da cidade e estarem liberando esses processos, é claro que quando também atendemos os apontamentos e fazemos o que é indicado pelo tribunal, então conseguimos fazer o processo licitatório, hoje temos o contrato rodando já, então vamos conseguir trabalhar até o final da gestão, até o final do ano de 2024, trabalhando justamente para atender essas famílias que hoje não têm sua titulação e terão esse direito assegurado por conta de legislação que foi editada. Esse foi um marco importante também para a gestão, tanto para nosso Prefeito Ricardo Nunes, como para gestão aqui da SEHAB como um todo. Agradeço à equipe de CRF, que se empenhou bastante através da coordenação do Ricardo, e conseguiu tornar isso uma realidade hoje. Claro que está no início do trabalho, ainda temos muito pela frente ainda, mas com certeza conseguiremos num curto espaço de tempo fazer o que estava parado há muito tempo na cidade. Dito isso, podemos passar para o último item, Assuntos Gerais. Eu abro a perguntas, sugestões. Quero fazer alguns encaminhamentos também, Maksuel sugeriu algumas questões de ordem, algumas sugestões de pauta e de resolução, eu solicito que encaminhe por e-mail para o contato da Secretaria para podermos tomar nota. Inclusive, todo o conteúdo que foi discutido aqui hoje eu vou deliberar depois com nosso Secretário, Milton Vieira. Nilson está aqui representando o nosso Presidente João Cury, também levará até o Presidente as considerações que foram postas aqui, são importantes. Abro a perguntas, para fazermos os encaminhamentos para encerramento. **Sra. Samira:** Só queria solicitar uma questão que já foi falada em outra reunião, que é a possibilidade de fazer uma apresentação sobre os programas que estão em andamento. Muito se fala do Pode Entrar, mas por exemplo o Mananciais nunca foi apresentado aqui no CMH pela gestão passada. Como temos muitas pessoas com primeiro mandato aqui, também seria interessante para conhecer a Secretaria. **Sra. Vera:** Registrar a criação daquele GT para avançar na questão do aporte dos empreendimentos. Eu quero deixar bem claro para todos, eu venho da autogestão, para quem não me conhece, eu sou defensora da autogestão, mas nesse momento eu acho que o aporte não é para autogestão, até para construtora também fazer, sabemos das dificuldades. Às vezes as pessoas acham que queremos equiparar forças. Nós temos que vir aqui para somar, para todo mundo ter uma unidade, para que de fato seja alcançada a política pública. **Sr. Osmar:** Gostaria de perguntar ao Secretário, se dentro desse pacote de 150 mil unidades, o Sr. João Cury chegou a cogitar dizendo que tinha um programa dentro da COHAB para fazer melhorias dos empreendimentos construídos através da autogestão, através de mutirão, principalmente se você olhar os Singapur, que está precisando muito de fazer um processo de revitalização, até fazer uma requalificação do local onde essas famílias estão morando. Se de fato está se pensando algum programa, além da entrega de melhorias desses bairros que foram construídos empreendimentos. **Sr. Nilson:** Estamos trabalhando na base legal com regularização já efetivada, criando um programa, exatamente como você falou, uma revitalização de alguns conjuntos. **Sr. Leonardo:** Além disso, que o Nilson colocou, é importante falar que foi aprovado recentemente na Câmara Municipal o Programa Morar Melhor, que visa justamente dar às famílias a possibilidade de buscar financiamento de cinco mil reais para fazer uma reforma da sua unidade, quer seja dentro de um condomínio ou uma casa. Então, a lei já foi regulamentada, e estamos aguardando só a elaboração do decreto regulamentador, a lei já foi sancionada, falta o decreto regulamentador. E a minha dúvida era só em questão do valor, porque tinha uma discussão na época se ia ser quinze ou cinco, aí ficou aprovado em cinco mil reais. Sei que não é um valor muito expressivo, mas para quem está precisando fazer uma reforma, uma pintura, trocar uma louça, arrumar um banheiro, acredito que seja um valor que ajude bastante aquela família que não tem condição de fazê-lo. Então, vejo isso como uma saída positiva para que as famílias tenham acesso a recurso para poder fazer essa melhoria no seu ambiente residencial. E lembrando que a COHAB tem desenvolvido agora mecanismos para poder fazer a reestruturação, vamos chamar assim, desses prédios degradados, que tem 20, 30 anos, principalmente Singapura, e após eles estarem regularizados, por isso que é bem importante a questão da regularização desses imóveis para que a COHAB tenha instrumento legal para poder entrar com a requalificação. Dito isso, pessoal, vou fazer o encaminhamento final, dizendo que a nossa próxima Reunião Ordinária vai ser no dia 21 de setembro,

uma quinta-feira, também às 14hs. E a nossa próxima reunião com o Conselho vai ser no dia 22 de agosto. **Nada mais havendo a tratar Senhor Leonardo Gazillo Silva encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. (Encerra-se a reunião)**

COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Documento: [091415986](#) | Despacho deferido

6014.2023/0001398-3 - Regularização Fundiária: Certidão de Consulta Prévia

Interessados: Adriana da Costa Santos

DESPACHO: DEFERIDO

- 1 - Defiro o pedido de certidão nos termos da minuta [091415460](#);
- 2 - Publique-se e notifique-se;
- 3 -Encaminhe-se à **SEHAB/DIA** para entrega ao interessado da Certidão, pagas taxas devidas;

Documento: [091941118](#) | Despacho Interlocutório

Interessado(s): Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU
Assunto: REURB-S

DESPACHO: INTERLOCUTÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO

Em face dos elementos constantes deste processo administrativo e considerando:

- I - A solicitação da CDHU;
- II - Que o núcleo está gravado como Zona Especial de Interesse Social e seus moradores são predominantemente de baixa renda;

III - O disposto no Inciso I, do art. 13 da Lei Federal n.º 13.465 de 11 de julho de 2017 e art. 26, I da Lei Municipal n.º 17.734, de 11 de janeiro de 2022;

IV - Que a classificação não se pode ser confundida com a aprovação do processo de REURB, podendo a REURB ser deferida ou indeferida ao final.
- Classifico a Regularização do Núcleo SP - Itaquera B Quadra G Lote 5, como Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social - REURB-S.

São Paulo, 17 de outubro de 2023

COORDENADORIA DE TRABALHO SOCIAL - CTS

Documento: [090402827](#) | Despacho Autorizatório

Processo SEI nº: 6014.2023/0003070-5

Interessada: Nubia Santos de Azevedo CPF: 304.***.***-**

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, as manifestações juntadas em doc. SEI nº 089507715, [089542103](#) e 090403681 que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, **DETERMINO:**

1. A nova inclusão da munícipe Nubia Santos de Azevedo , *CPF: 304.***.***-**, no benefício Auxílio Aluguel, com fundamento no art. 2º inciso I, da Portaria SEHAB nº 131/2015;*
2. A inclusão da munícipe descrita acima na lista da demanda por atendimento habitacional definitivo (Demanda Fechada) desta Secretaria, com fundamento no Art. 14 § 4º do Decreto nº 61.282/2022;
3. A seguir, encaminhe-se para Coordenadoria de Trabalho Social - CTS com a finalidade de adoção das providências pertinentes e, na sequência, encaminhe-se os autos para o Departamento de Planejamento Habitacional - DEPLAN, para que proceda aos registros pertinentes no sistema de informação.

Documento: [091528454](#) | Despacho Autorizatório

Processo SEI nº: 6014.2023/0003683-5

Interessada: Marta Maria da Silva CPF: 940.***.***-**

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, as manifestações juntadas em doc. SEI nº 091179936, [091489438](#) e 091528634, que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, **DETERMINO:**

1. A nova inclusão da munícipe Marta Maria da Silva CPF: 940.***.***-**, no benefício Auxílio Aluguel, com fundamento no art. 2º inciso I, da Portaria SEHAB nº 131/2015;
2. A inclusão da munícipe descrita acima na lista da demanda por atendimento habitacional definitivo (Demanda Fechada) desta Secretaria, com fundamento no Art. 14 § 4º do Decreto nº 61.282/2022;